

# Relatório de Gestão

**Relatório com os principais resultados da DESENVOLVE,  
Exercício Findo de 2025**



## 1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

### 1.1. IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA DESENVOLVE

A DESENVOLVE foi constituída na forma de sociedade anônima, tem como acionistas: o Estado de Alagoas com 99,99% das ações, a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas - FECOMERCIO, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas - FAEAL e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Maceió - CDL que juntos detêm 0,01% das ações, vinculada à (SEGOV), com sede e foro em Maceió, e tem como missão “Criar soluções para indução e aceleração do desenvolvimento sustentável com inclusão social e produtiva no Estado de Alagoas. ”A visão da empresa é ser referência para o Estado de Alagoas como agência sustentável, formuladora de políticas públicas e parceira na construção de soluções de desenvolvimento.

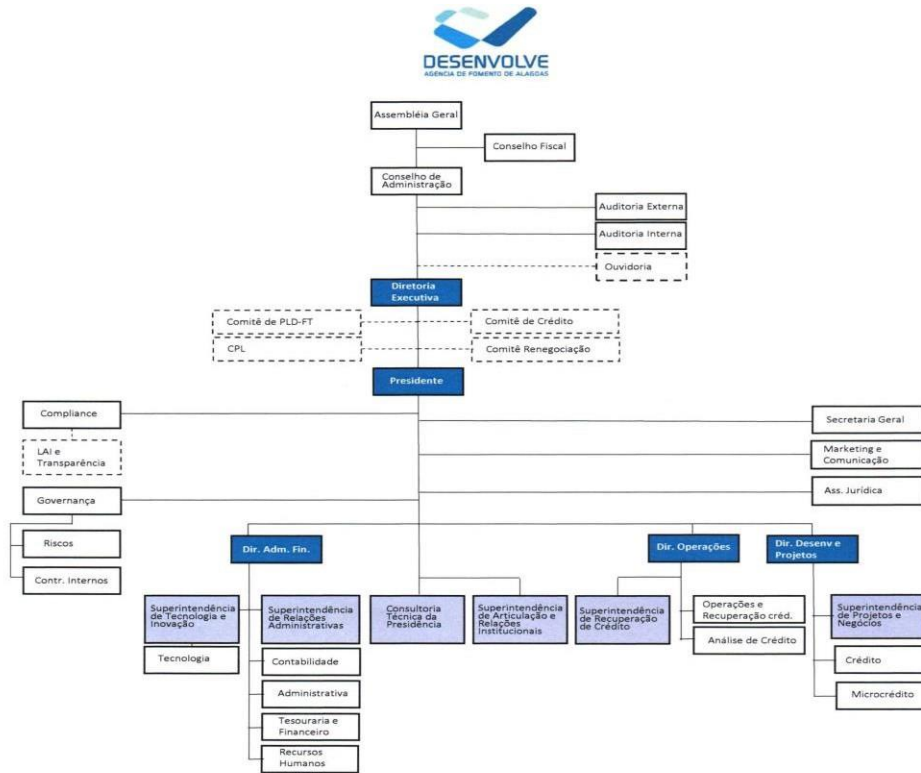
Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 6.488, de 16 de junho de 2004, com alterações estabelecidas pelas Leis Estaduais nº 6.607, de 30 de junho de 2005, nº 7.409, de 30 de agosto de 2012, pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, constituída sob forma de Sociedade de Economia Mista nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sob o controle acionário do Estado de Alagoas, facultada a participação societária da União, municípios alagoanos e de acionistas estatais ou privados.

A DESENVOLVE iniciou suas atividades em 15 de abril de 2009, está vinculada legal e estatutariamente à Secretaria de Estado de Governo – SEGOV, com autorização do Banco Central para seu funcionamento.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

## 1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (organograma)

A DESENVOLVE finalizou o exercício de 2025 com a seguinte estrutura organizacional:



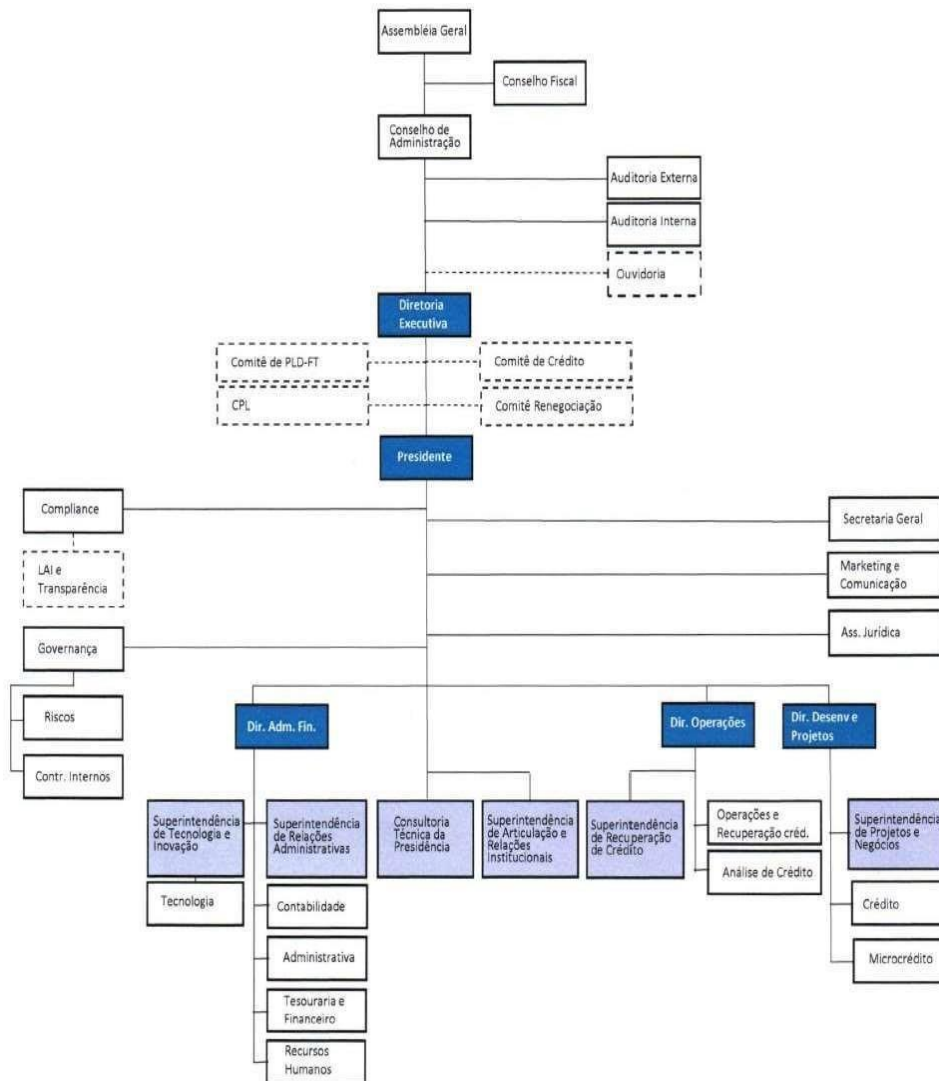
**Organograma**  
Agência de Fomento de Alagoas S.A.

Rev	Revisado pelo Compliance	Data de Revisão	Aprovado pela Diretoria Executiva	Data de Aprovação
05/2023	Antunes Costa	23/08/2023		23/08/2023






### 1.2.1. DESCRIÇÃO DE CARGOS GERENCIAIS



### 1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA

#### 1.3.1. ASSEMBLEIA GERAL

De acordo com Estatuto Social, a Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os assuntos relativos ao objeto social da Agência e tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento.

#### 1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração tem por missão institucional principal cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, além de competências gerenciais da empresa, como eleger e destituir os Diretores da Desenvolve, escolher e destituir Auditores independentes, aprovar regimentos, políticas e códigos internos da empresa e práticas de governança corporativa e de controle de orçamento, informações contábeis e financeiras da empresa.

Ao longo do exercício de 2025 foram realizadas 12 (doze) Reuniões Ordinárias, que aconteceram mensalmente e 01 (uma) Reunião Extraordinária, conforme previsão do Estatuto Social da empresa. O Conselho prestou um papel essencial nas decisões estratégicas da empresa, sempre alinhadas com as diretrizes proporcionando suporte à Diretoria e direcionando a empresa a trabalhar com segurança e com as melhores práticas. Adicionalmente, segue a composição do Conselho de Administração em 2025:

- **Victor Vigolvino Figueiredo**, Presidente do Conselho de Administração de
- **Eduardo Brasil Barreto**, Vice-Presidente do Conselho de Administração
- **Bruno Leitão Praxedes**, Conselheiro
- **Fernando Soares Azevedo**, Conselheiro
- **Gustavo Ressurreição Lopes**, Conselheiro
- **Renata dos Santos**, Conselheiro
- **Vitor Hugo Pereira da Silva**, Conselheiro

#### 1.3.3. CONSELHO FISCAL

É órgão de funcionamento permanente, composto por 03 (três) membros, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

Ao longo do exercício de 2025 foram realizadas 07 (sete) Reuniões Ordinárias e 05 (cinco) Reuniões Extraordinárias do Conselho Fiscal, conforme preceitua o Estatuto Social da empresa.

Na ocasião das reuniões foram aprovadas as demonstrações financeiras do 2º semestre de 2024 e os balancetes relativos do 1º e 2º trimestre de 2025, relativos as movimentações dos gastos com pessoal, custeio e capital da empresa, os quais foram todos aprovados pelo Conselho.

Em 06/06/2025, foi registrado a assinatura do Termo de Posse do Conselho Fiscal eleito para o mandato 2025-2027, homologado pelo Banco Central da nova composição do Conselho Fiscal, através do Ofício 13308/2025-BCB/DEORF/GTREC. Adicionalmente, segue a composição do Conselho Fiscal em 2025:

- **Luciana Lemos**, Presidente do Conselho
- **Caroline Boner Cunha**, Conselheira
- **Adely Roberta Meireles de Oliveira**, Conselheira

#### 1.3.4. DIRETORIA EXECUTIVA

Conforme seu Estatuto Social, a Diretoria da DESENVOLVE é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Diretor de Operações e um Diretor de Desenvolvimento e Projetos a quem cumpre a missão institucional de cumprir as metas e resultados estabelecidos pelo Conselho de Administração, observados os fins específicos da Agência, além de ser o órgão competente para elaborar, realizar e cumprir as políticas, códigos, regimentos e relatórios internos da empresa, realizar aquisições, representar a companhia ativa e passivamente e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas, e submetê-las à deliberação do Conselho de Administração.

Os critérios de elegibilidade de administradores, prazos de gestão e atribuições são fixados pelo Estatuto Social da Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOLVE, e segue os requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/16 e pelo Decreto Estadual nº52.555/17.

Adicionalmente, segue a composição da Diretoria da DESENVOLVE em 2025:

- **Eduardo Brasil Barreto**, Diretor Presidente
- **Antônio Tenório Cavalcante Neto**, Diretor Administrativo Financeiro
- **Caroline Albuquerque Toledo**, Diretora de Desenvolvimento e Projetos
- **Michael Pereira de Barros**, Diretor de Operações

## 2. GESTÃO DE RISCO

O Setor de Riscos (SRI) constitui unidade de assessoramento diretamente subordinada à Presidência, responsável por apoiar a Alta Administração na identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos inerentes às atividades da instituição.

No decorrer do segundo semestre de 2025, o Setor de Riscos deu continuidade às atividades de gerenciamento de riscos da instituição, passando a atuar de forma estruturada e alinhada às diretrizes estabelecidas pela ISO 31000. Nesse contexto, foram adotadas práticas voltadas à identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos institucionais, em consonância também com os parâmetros regulatórios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557, editada pelo Banco Central do Brasil. As atividades desenvolvidas tiveram como base o mapeamento de ameaças e oportunidades, contribuindo para o fortalecimento da governança e para o aprimoramento do processo de tomada de decisão pela Administração.

### 2.1. PARÂMETROS DE RISCO PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO

O Setor de Riscos, quando demandado, atua diretamente no processo de desenvolvimento e estruturação de novas linhas de crédito e produtos financeiros, acompanhando e avaliando os principais riscos envolvidos nas operações propostas. Nesse contexto, o setor realiza análises técnicas e emite pareceres especializados quanto à viabilidade e à continuidade das iniciativas apresentadas, contribuindo para que as decisões institucionais sejam tomadas com base em critérios técnicos e alinhadas às boas práticas de gestão de riscos.

Adicionalmente, após a emissão de parecer técnico favorável ou desfavorável, o Setor de Riscos procede à definição de parametrizações específicas para cada operação, considerando as diretrizes regulatórias aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, bem como fatores internos e externos relevantes para o adequado processo de análise e concessão de crédito. Essas parametrizações visam assegurar maior segurança, transparência e eficiência nas operações realizadas pela instituição.

### 2.2. (OVA) VISÃO GLOBAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS – RELATÓRIO PILAR 3

Em dezembro de 2025, foi realizada a revisão e aprovação do Relatório Pilar 3, documento que tem como objetivo promover maior transparência das informações relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da instituição, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Acordo de Basileia e pelas normas prudenciais do Banco Central do Brasil.

O relatório apresenta de forma estruturada as principais informações referentes à gestão de riscos da Agência, contemplando aspectos relacionados à governança, às metodologias adotadas para identificação, mensuração, monitoramento e mitigação dos riscos, bem como às práticas utilizadas para acompanhamento da adequação de capital. Nesse contexto, o documento segue o formato de divulgação definido para o Pilar 3 – Disciplina de Mercado, que busca fortalecer a transparência institucional e permitir maior compreensão, por parte das partes interessadas, sobre a exposição da instituição aos diferentes tipos de riscos.

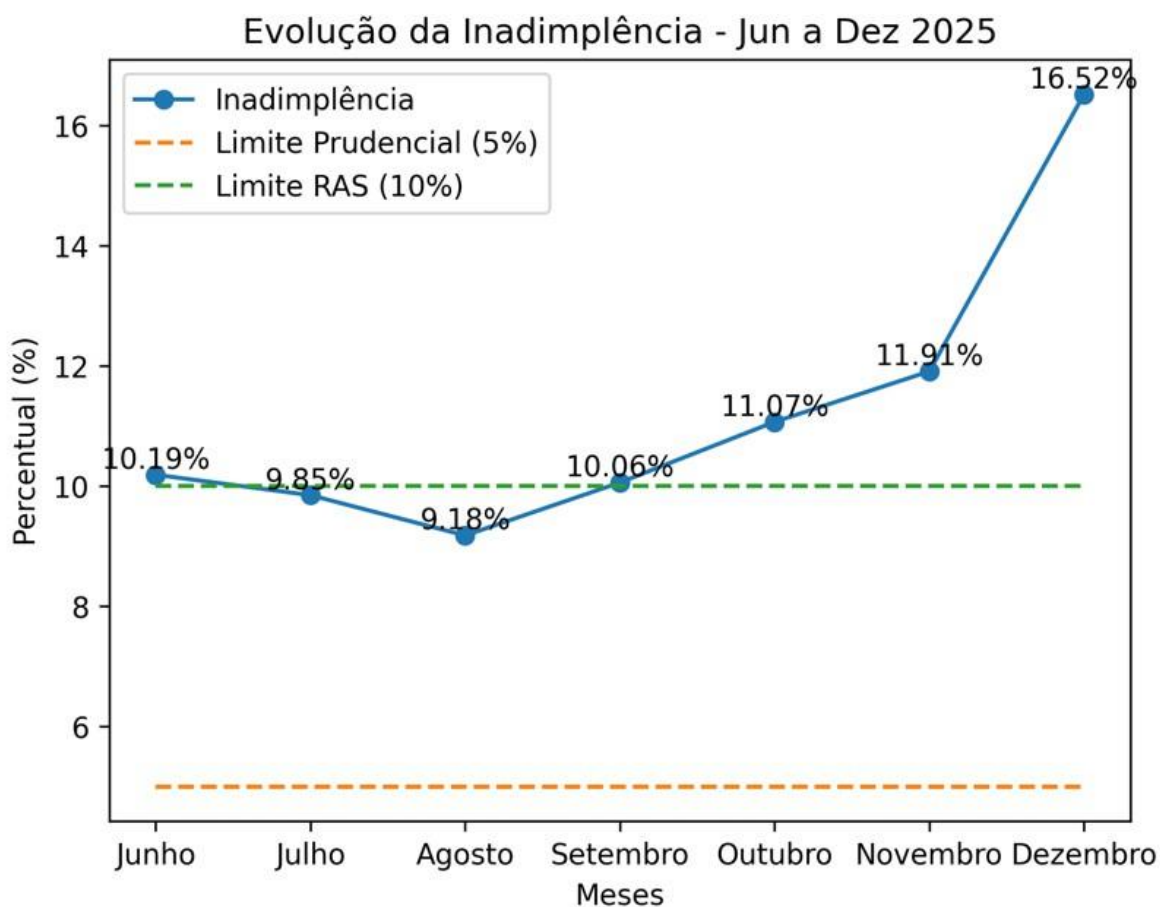
No âmbito da Agência, o Relatório Pilar 3 contempla a consolidação das informações referentes à estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo a descrição das políticas institucionais, dos processos de controle e das responsabilidades atribuídas às instâncias de governança. O documento também evidencia as diretrizes relacionadas ao acompanhamento das operações de crédito, à definição de limites operacionais e aos mecanismos de mensuração e monitoramento de resultados, permitindo uma visão integrada da gestão de riscos.

Os processos e atividades implementados para assegurar que os riscos da Agência sejam devidamente identificados, mensurados, monitorados e mitigados seguem rigorosamente as políticas internas, bem como os manuais e estruturas de gerenciamento de riscos aprovados pelo Diretor-Presidente, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Tais processos contam com a participação integrada das áreas técnicas, de negócios e operacionais, que atuam de forma coordenada na definição das diretrizes e metodologias aplicadas, em conformidade com os normativos internos e com as regulamentações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Além disso, o relatório evidencia as práticas adotadas pela instituição para garantir a adequada gestão das exposições a risco, incluindo o acompanhamento periódico dos indicadores prudenciais, a observância dos limites estabelecidos para as operações e o fortalecimento contínuo da estrutura de governança e controles internos.

### 2.3. ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

No que se refere à inadimplência, o Setor de Riscos realiza o **monitoramento mensal da evolução desse indicador**, com o objetivo de identificar tendências de aumento ou redução e avaliar seus impactos sobre a carteira de crédito da instituição. A partir dessas análises, o setor promove a **atualização contínua dos parâmetros de risco**, além de orientar as áreas internas quanto às melhores práticas e procedimentos voltados à mitigação desse indicador.



O gráfico apresenta a evolução da **taxa de inadimplência da Agência Desenvolve/AL no período de junho a dezembro de 2025**, comparando o comportamento do indicador com dois parâmetros de controle estabelecidos pela política de gestão de riscos da instituição:

- **Limite Prudencial:** 5%
- **Limite definido no RAS (Declaração de Apetite ao Risco):** 10%

Esses limites funcionam como referências para o acompanhamento da qualidade da carteira de crédito e para a definição de eventuais medidas de mitigação de risco.

#### **Situação Observada**

**Junho (10,19%)**

A taxa de inadimplência manteve-se **ligeiramente acima do limite estabelecido no RAS (10%)**, indicando que o indicador já se encontrava em patamar superior ao apetite ao risco definido pela instituição, demandando monitoramento contínuo e atenção por parte da gestão.

#### **Julho (9,85%)**

Observou-se **redução do indicador**, que voltou a situar-se **dentro do limite de apetite ao risco**, ainda que permanecendo significativamente acima do limite prudencial de 5%. Esse movimento sinalizou uma melhora momentânea na qualidade da carteira.

#### **Agosto(9,18%)**

O índice apresentou **nova redução**, consolidando tendência temporária de melhora e permanecendo dentro do limite do RAS, embora ainda distante do patamar prudencial desejável.

#### **Setembro(10,06%)**

A inadimplência voltou a **ultrapassar marginalmente o limite do RAS**, indicando possível reversão da tendência de redução observada nos meses anteriores e reforçando a necessidade de acompanhamento mais rigoroso da carteira.

#### **Outubro (11,07%) e Novembro (11,91%)**

Nos meses seguintes, observou-se **trajetória de crescimento gradual da inadimplência**, mantendo o indicador acima do limite de apetite ao risco. Esse comportamento evidencia deterioração progressiva da qualidade da carteira de crédito, demandando intensificação das medidas de monitoramento e mitigação.

#### **Dezembro(16,52%)**

No encerramento do exercício, verificou-se **elevação expressiva do indicador**, atingindo o maior patamar do período analisado. Esse resultado reflete aumento significativo do nível de risco da carteira e reforça a necessidade de adoção de estratégias voltadas ao fortalecimento dos processos de concessão, monitoramento e recuperação de crédito.

## Considerações Gerais

De forma geral, observa-se que, ao longo do segundo semestre de 2025, a taxa de inadimplência apresentou **oscilações ao redor do limite definido no RAS**, com tendência de elevação mais acentuada a partir do último trimestre do ano. Esse comportamento evidencia a importância do monitoramento contínuo por parte do Setor de Riscos, bem como da adoção de medidas preventivas e corretivas voltadas à preservação da qualidade da carteira de crédito da instituição.

### 2.4. PARECERES TÉCNICOS DE RISCOS

O **Setor de Gestão de Riscos** é responsável pela elaboração e emissão de **pareceres técnicos especializados** relacionados a atividades que envolvam exposição a riscos institucionais, dentre as quais se destacam:

- Criação de novas linhas de crédito;
- Desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros;
- Reclassificação de rating de operações ou clientes;
- Análise de outras iniciativas institucionais que possam implicar exposição a riscos relevantes.

O objetivo dessas análises é realizar uma **avaliação qualitativa e quantitativa dos agentes de risco envolvidos**, considerando os potenciais impactos sobre a carteira de crédito e sobre a estrutura de gerenciamento de riscos da instituição. Essas avaliações são conduzidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.557, editada pelo Banco Central do Brasil, bem como com os parâmetros metodológicos adotados no âmbito da **Gestão Integrada de Riscos (GIR)** da Agência.

No **segundo semestre de 2025**, foram elaborados **seis pareceres técnicos** que demandaram manifestação formal do Setor de Gestão de Riscos, contribuindo para o fortalecimento da governança institucional e para a tomada de decisão fundamentada pela Administração.

## 2.5. ÍNDICE DE LIQUIDEZ

A Desenvolve/AL adotou metodologia estruturada para apuração e análise dos principais **índices de liquidez**, com base nas informações constantes no **Balanco Patrimonial** da instituição. Os indicadores calculados foram:

- **ILG – Índice de Liquidez Geral**
- **ILC – Índice de Liquidez Corrente**
- **ILS – Índice de Liquidez Seca**

Os dados utilizados para o cálculo desses índices são extraídos exclusivamente do Balanço Patrimonial, demonstração contábil que evidencia a posição patrimonial e financeira da entidade em determinada data, permitindo a avaliação da composição dos ativos e passivos e da estrutura de capital da instituição.

A apuração periódica desses indicadores possibilita o monitoramento da capacidade da Agência de honrar suas obrigações financeiras, tanto de curto quanto de longo prazo, servindo como instrumento de suporte à gestão financeira e à tomada de decisão estratégica.

Ressalta-se a importância de que as demonstrações contábeis estejam permanentemente atualizadas e devidamente conciliadas, assegurando a precisão, confiabilidade e transparência das informações utilizadas na análise de liquidez, em conformidade com as boas práticas de governança e gestão financeira.

$$\text{ILG (Índice de Liquidez Geral)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

*Avalia a capacidade da agência de honrar todas as suas obrigações, de curto e longo prazo.*

$$\text{ILC (Índice de Liquidez Corrente)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

*Indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.*

$$\text{ILS (Índice de Liquidez Seca)} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

*Mostra a capacidade de pagamento de curto prazo sem considerar estoques ou outros ativos de menor liquidez.*

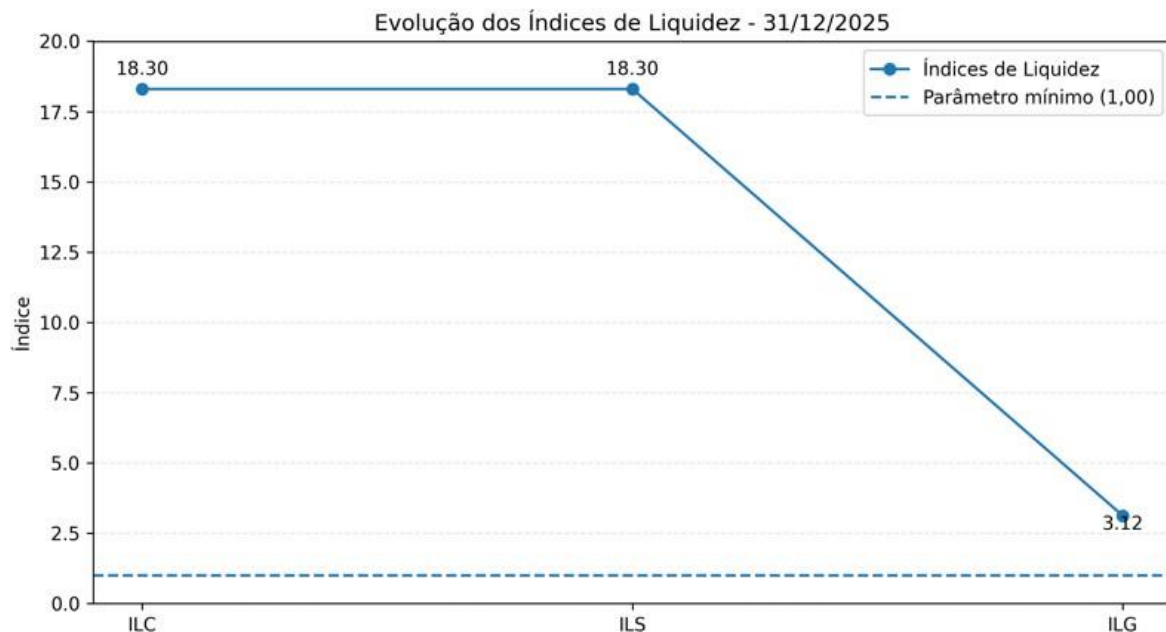
## 2.6. ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE 2025

O Setor de Gestão de Riscos procedeu à apuração dos principais **índices de liquidez da Agência de Fomento no exercício de 2025**, com a finalidade de avaliar a posição financeira da instituição e subsidiar a definição de estratégias e diretrizes a serem adotadas pela Desenvolve/AL no período.

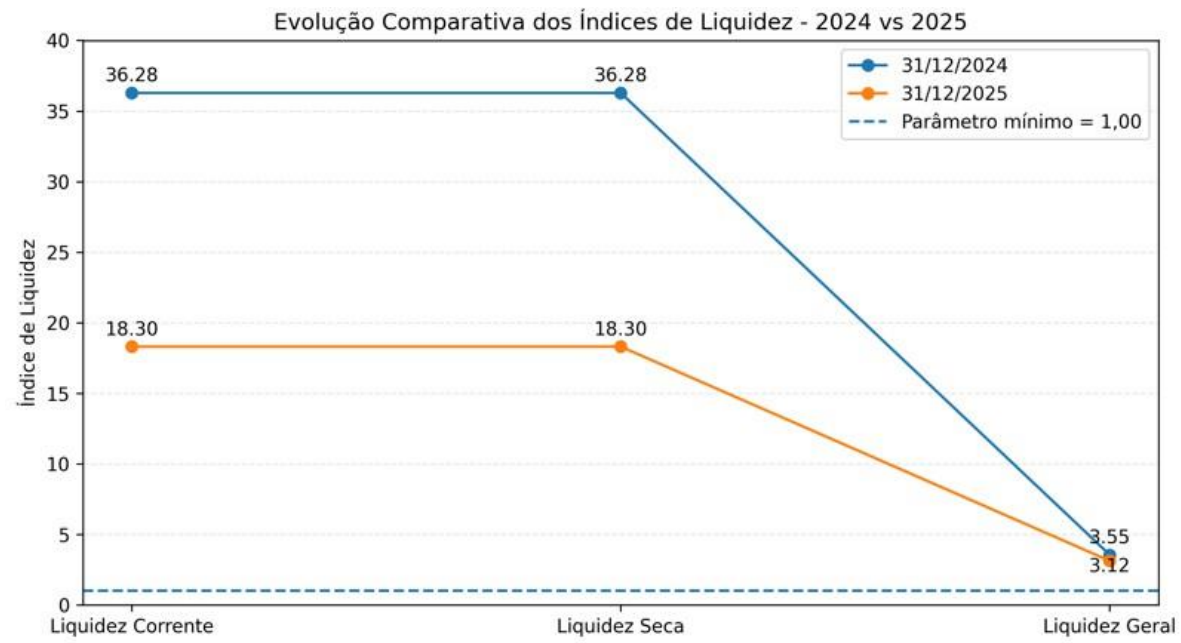
A metodologia empregada baseou-se exclusivamente nas informações constantes nas **demonstrações contábeis oficiais**, especialmente no Balanço Patrimonial, assegurando aderência às práticas contábeis vigentes e maior confiabilidade na análise realizada.

A apuração desses indicadores permite avaliar a capacidade da Agência de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, constituindo ferramenta relevante para o monitoramento da solidez financeira e para o suporte à tomada de decisão pela Administração.

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos, bem como as considerações técnicas e ressalvas pertinentes à interpretação dos índices apurados.



## 2.7. COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ ENTRE O ANO DE 2024 E O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025



### Notas explicativas:

#### Índice de Liquidez Geral (ILG)

O Índice de Liquidez Geral (ILG) mensura a capacidade da Agência de Fomento de honrar a totalidade de suas obrigações, considerando tanto o curto quanto o longo prazo. Trata-se de indicador relevante para avaliação da solidez financeira estrutural da instituição, uma vez que relaciona os ativos realizáveis totais ao passivo exigível.

Na comparação entre os exercícios de 2024 e 2025, observa-se leve redução do indicador, passando de **3,55 em 2024 para 3,12 em 2025**. Apesar da diminuição, o índice permanece substancialmente superior ao parâmetro norteador adotado (1,00), evidenciando que a Agência mantém capacidade confortável de cobertura de suas obrigações totais.

Em termos didáticos, para cada R\$ 1,00 de dívida total, a Desenvolve/AL dispõe de aproximadamente **R\$ 3,12 em ativos realizáveis**, o que demonstra adequada estrutura patrimonial e manutenção da solidez financeira no médio e longo prazo.

### **Índice de Liquidez Corrente (ILC)**

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) avalia a capacidade da instituição de cumprir suas obrigações de curto prazo com os ativos igualmente realizáveis no curto prazo.

Verifica-se redução do indicador entre os períodos analisados, passando de **36,28 em 2024 para 18,30 em 2025**. Embora tenha ocorrido diminuição expressiva, o índice permanece em patamar bastante elevado e significativamente superior ao parâmetro mínimo de referência (1,00).

Esse resultado indica que, mesmo diante da redução, a Agência mantém ampla folga financeira para honrar seus compromissos de curto prazo, demonstrando adequada gestão da liquidez e equilíbrio entre ativos e passivos circulantes.

### **Índice de Liquidez Seca (ILS)**

O Índice de Liquidez Seca (ILS) representa a capacidade da instituição de quitar suas obrigações de curto prazo desconsiderando ativos de menor liquidez. No caso da Agência, por se tratar de instituição financeira, o comportamento do ILS acompanha de forma bastante semelhante o ILC.

Em 2025, o índice registrou **18,30**, ante **36,28 em 2024**, refletindo movimento semelhante ao observado na liquidez corrente. Ainda assim, o resultado permanece amplamente superior ao parâmetro mínimo, evidenciando que a Agência mantém confortável posição de liquidez mesmo sob critérios mais conservadores de avaliação.

### **Considerações Conclusivas**

A análise comparativa demonstra que, embora tenha ocorrido redução nos índices de liquidez em 2025, todos os indicadores permanecem significativamente acima do parâmetro mínimo de referência (1,00), o que evidencia a manutenção da capacidade da Agência de honrar suas obrigações de curto e longo prazo.

Os resultados indicam que a Desenvolve/AL preserva estrutura financeira sólida, com adequada relação entre ativos realizáveis e passivos exigíveis, permitindo à Administração atuar com segurança na condução das estratégias institucionais.

O monitoramento contínuo desses indicadores permanece fundamental para acompanhar a evolução da saúde financeira da instituição e subsidiar decisões relacionadas à expansão das operações, gestão e controle da exposição a riscos.

## 2.8 AVALIAÇÃO INTERNA DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS (RSAC)

No âmbito do fortalecimento da estrutura de gerenciamento de riscos da instituição, o **Setor de Gestão de Riscos desenvolveu e consolidou a Avaliação Interna de Riscos Socioambientais e Climáticos (RSAC)**, instrumento voltado à identificação, análise e classificação dos potenciais impactos socioambientais associados às linhas de crédito operadas pela Agência.

A avaliação foi elaborada com base nas diretrizes estabelecidas na **Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática (PR SAC)** e contempla a análise das linhas de crédito da instituição, abrangendo **linhas ativas, suspensas e encerradas**. O processo considera fatores como potencial de geração de resíduos, impactos ambientais, uso intensivo de recursos naturais, necessidade de licenciamento ambiental, riscos operacionais e possíveis impactos sobre comunidades ou áreas sensíveis.

Para realização da avaliação, foi aplicada metodologia estruturada de **pontuação por critérios socioambientais**, permitindo mensurar o nível de exposição ao risco associado a cada linha de crédito.

### **Critérios de Avaliação de Risco Socioambiental**

A análise foi realizada considerando os seguintes critérios:

1. Potencial de financiar atividades emissoras de gases
2. Risco de geração de resíduos sólidos
3. Uso intensivo de água ou geração de efluentes
4. Financiamento de projetos em áreas sensíveis
5. Possível estímulo ao desmatamento ou alteração do uso do solo
6. Existência de riscos operacionais ou acidentes ambientais
7. Envolvimento com produtos perigosos ou substâncias químicas
8. Necessidade de licenciamento ambiental
9. Possível impacto sobre comunidades tradicionais
10. Possibilidade de financiamento de projetos com remoção de pessoas
11. Impactos potenciais sobre estruturas públicas
12. Existência de mecanismos de consulta e transparência

13. Estímulo à inclusão produtiva e social  
Cada critério recebe uma **pontuação de risco**, conforme o potencial de impacto identificado.

#### **Tabela de Classificação de Risco**

##### **Pontuação Obtida    Classificação de Risco**

0 a 300 pontos        Risco Baixo

301 a 900 pontos    Risco Médio

Acima de 900 pontos Risco Alto

Essa metodologia permite **padronizar a avaliação socioambiental das linhas de crédito**, possibilitando comparabilidade entre produtos e maior segurança no processo de tomada de decisão.

#### **Linhas de Crédito Avaliadas e Classificação de Risco**

##### **Linhas Empresariais**

<b>Linha de Crédito</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Classificação</b>
Cana de Açúcar	950	Risco Médio
Capital de Giro Misto	0	Risco Baixo
Crédito do Trabalhador FAMPE	350	Risco Baixo
Mulher Trabalhadora (ME/EPP)	0	Risco Baixo
Rizicultura	850	Risco Médio
Energia Solar	350	Risco Baixo
Inovacred	400	Risco Baixo
Crédito do Trabalhador Turismo (PJ)	450	Risco Baixo
Desenvolve + Sustentável	200	Risco Baixo
Capital de Giro ARSAL	350	Risco Baixo
Capital de Giro SELIC	350	Risco Baixo
ProRenda PJ	0	Risco Baixo

##### **Linhas de Microcrédito**

<b>Linha de Crédito</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Classificação</b>
Microcrédito (MEIs, informais, artesãos e agricultores)	450	Risco Baixo

Linha de Crédito	Pontuação	Classificação
Acredita MEI	0	Risco Baixo
Acredita Mulher MEI	0	Risco Baixo
Trabalhador do Turismo (MEI)	500	Risco Baixo
Trabalhador FAMPE Mulher	0	Risco Baixo

### Considerações

A consolidação dessa avaliação permite ao Setor de Gestão de Riscos **identificar previamente potenciais impactos socioambientais associados às operações de crédito**, contribuindo para o aprimoramento dos processos de análise e concessão de crédito e para o fortalecimento da **gestão integrada de riscos da instituição**.

A metodologia adotada também reforça o alinhamento da Agência às boas práticas de **responsabilidade socioambiental e climática no sistema financeiro**, promovendo maior transparência e sustentabilidade nas operações realizadas.

## 3. DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS

### 3.1. DESEMPENHO POR LINHA DE CRÉDITO

Demonstra-se a seguir o desempenho de cada linha de crédito, durante o exercício de 2025, elencando o volume liberado por fonte de recurso e o montante investido nas linhas de operações DESENVOLVE-AL:

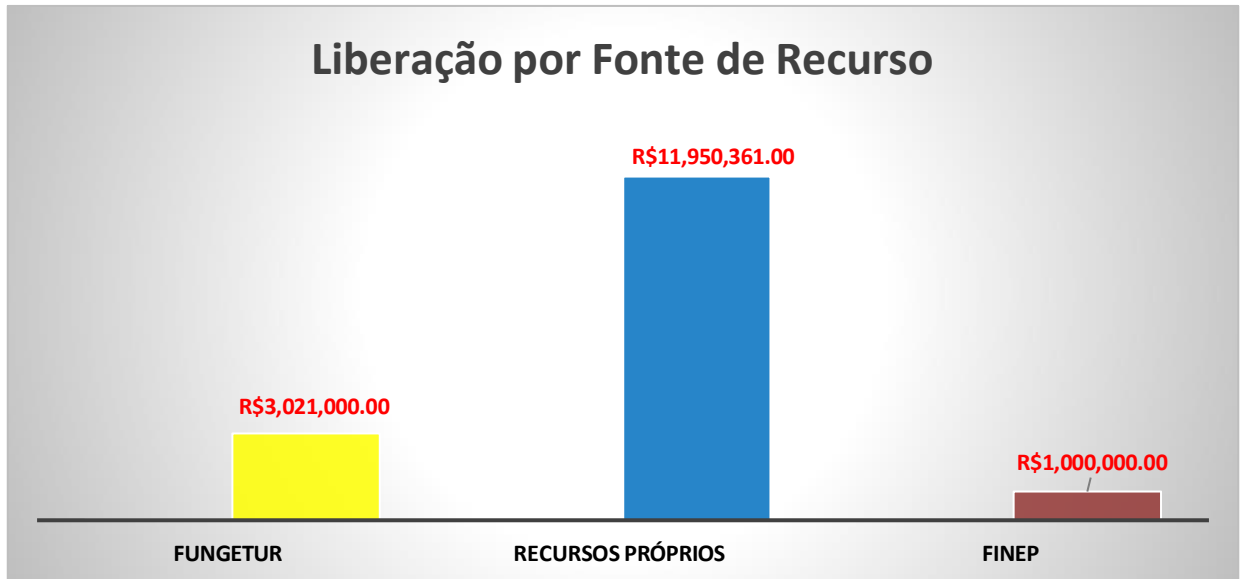
#### 3.1.1. LIBERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2025



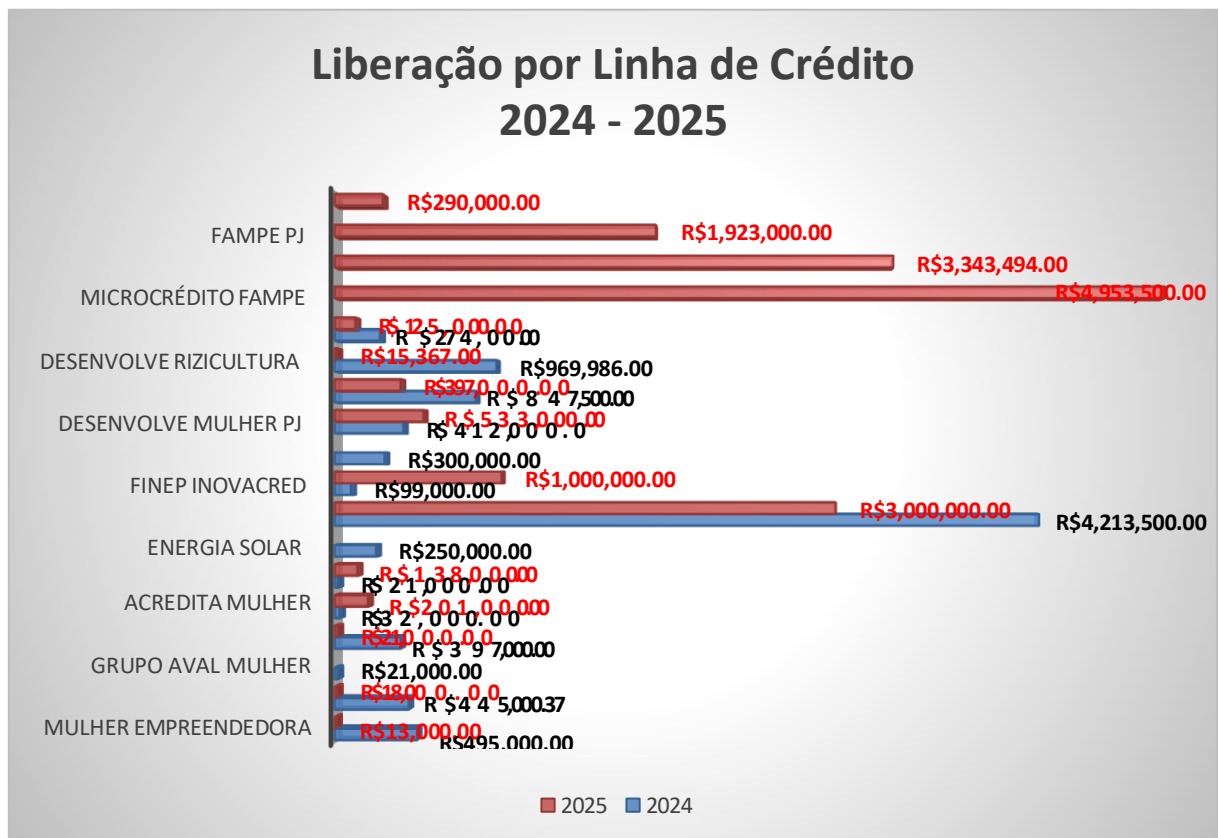
Agência de Fomento de Alagoas S.A.

Rua Deputado José Lages, 972, (Esquina com Dr. José Júlio Saver) - Ponta Verde- Maceió – Alagoas CEP:57.035-330,  
Tel. (82)3315-3468 / Ouvidoria: 0800 095-0617  
CNPJ 10.769.660/0001-95

### 3.1.2. LIBERAÇÕES POR FONTE DE RECURSOS



### 3.1.3. COMPARATIVO DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE 2024 E 2025



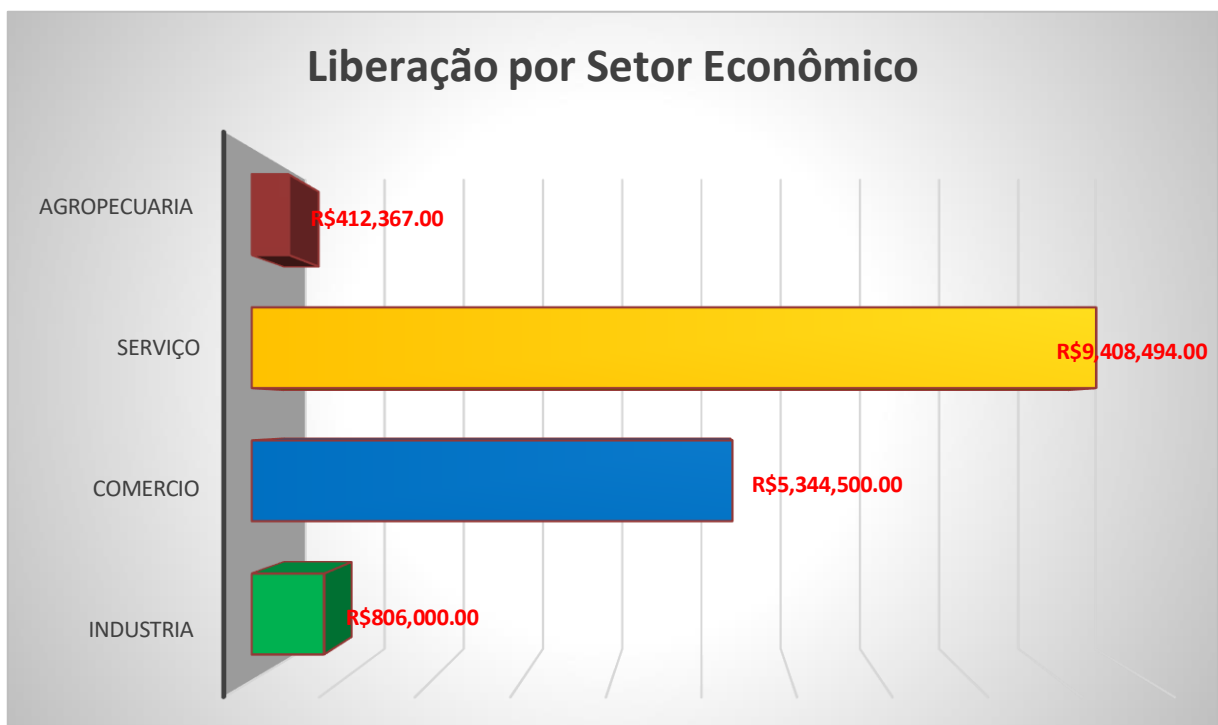
**Agência de Fomento de Alagoas S.A.**

Rua Deputado José Lages, 972, (Esquina com Dr. José Júlio Sawyer) - Ponta Verde- Maceió – Alagoas CEP:57.035-330,  
Tel. (82)3315-3468 / Ouvidoria: 0800 095-0617  
CNPJ 10.769.660/0001-95

### 3.1.4. COMPARATIVO DE VALORES LIBERADOS ENTRE 2024 E 2025



### 3.1.5. LIBERAÇÕES DE CRÉDITO POR SETOR ECONÔMICO EM 2025



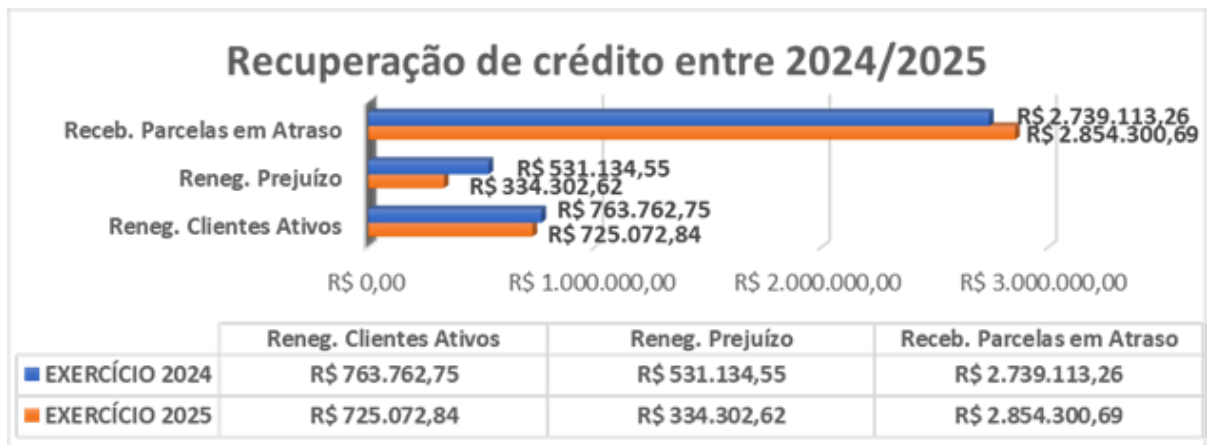
#### 4. DIRETORIA DE OPERAÇÕES

##### 4.1. COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A equipe de cobrança e recuperação de crédito da DESENVOLVE-AL atua de forma integrada com diversos departamentos e profissionais, com o objetivo de ampliar a recuperação de créditos inadimplentes ou em prejuízo. Essa atuação contribui para a redução da inadimplência e para a obtenção de resultados mais consistentes e sustentáveis para a instituição.

No exercício de 2025, a área de Operações e Recuperação de Crédito obteve bons resultados. Foram renegociados 26 contratos de clientes ativos, somando R\$ 357.668,49 (trezentos e cinquenta e sete mil, seissentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos), além de 60 contratos em prejuízo, que totalizaram R\$ 355.772,06 (trezentos e cinquenta e cinco mil, setessentos e setenta e dois reais e seis centavos). Graças ao empenho da equipe de Recuperação de Crédito, também recebemos R\$ 2.854.300,69 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos reais e sessenta e nove centavos) referentes a parcelas em atraso.

##### 4.2. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE 2024/2025



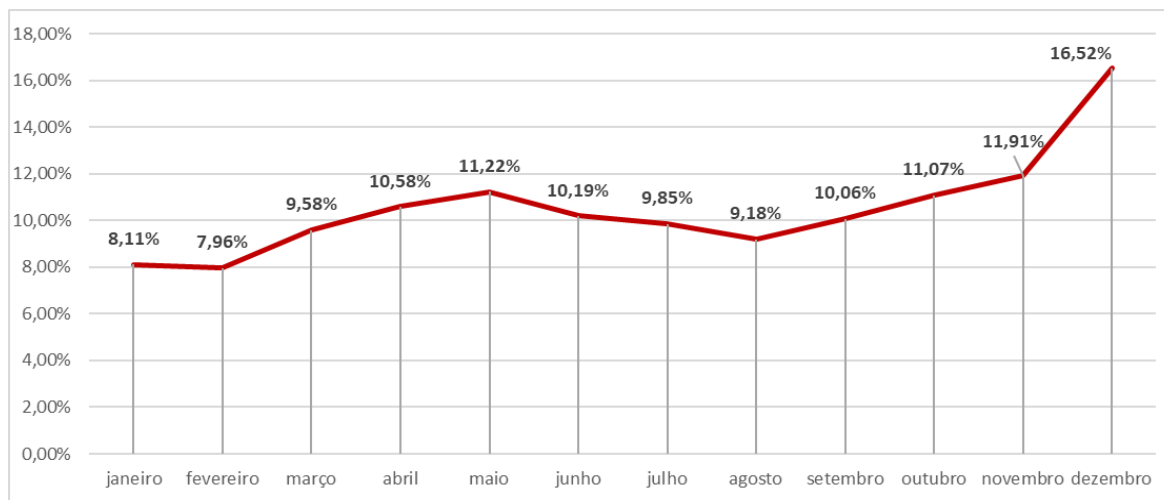
### 4.3. INADIMPLÊNCIA

A carteira de empréstimos e financiamentos apresenta concentração relevante nas linhas Fungetur Giro II, Pró Renda MEI, Desenvolve Mulher-PJ e Microcrédito FAMPE, que representam 41,24% do saldo devedor total a receber. Trata-se de linhas com perfil específico de público e maior sensibilidade as oscilações econômicas, o que acabou refletindo diretamente no comportamento da inadimplência da agência.

No exercício de 2025, o índice de inadimplência alcançou 16,52%. Embora o percentual represente um aumento em relação aos períodos anteriores, o cenário já está sendo tratado de forma estruturada pelo setor de Operações e Recuperação de Crédito, com intensificação das estratégias de regularização e recuperação.

As ações adotadas envolvem o fortalecimento da cobrança administrativa, com contato ativo e tratativas individualizadas junto aos clientes, priorizando soluções negociais que possibilitem a retomada do fluxo de pagamentos. Paralelamente, os créditos com saldo superior a R\$ 10.000,00 estão sendo encaminhados para cobrança judicial, como também, as operações com saldo acima de R\$ 100.000,00 estão passando por análise e solicitação de execução das garantias, quando cabível.

Segue abaixo, evolução da inadimplência no exercício de 2025:



No exercício de 2025, a Diretoria de Operações manteve o plano de metas internas voltado ao fortalecimento do Setor de Operações, com foco prioritário na recuperação dos créditos classificados como mais problemáticos e na redução dos índices de inadimplência. A atuação concentrou-se na ampliação do alcance das ações de cobrança, buscando contato efetivo com o maior número possível de clientes em atraso e inadimplentes, reforçando o compromisso da área na busca de melhores resultados da carteira operacional de crédito.

## 5. DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

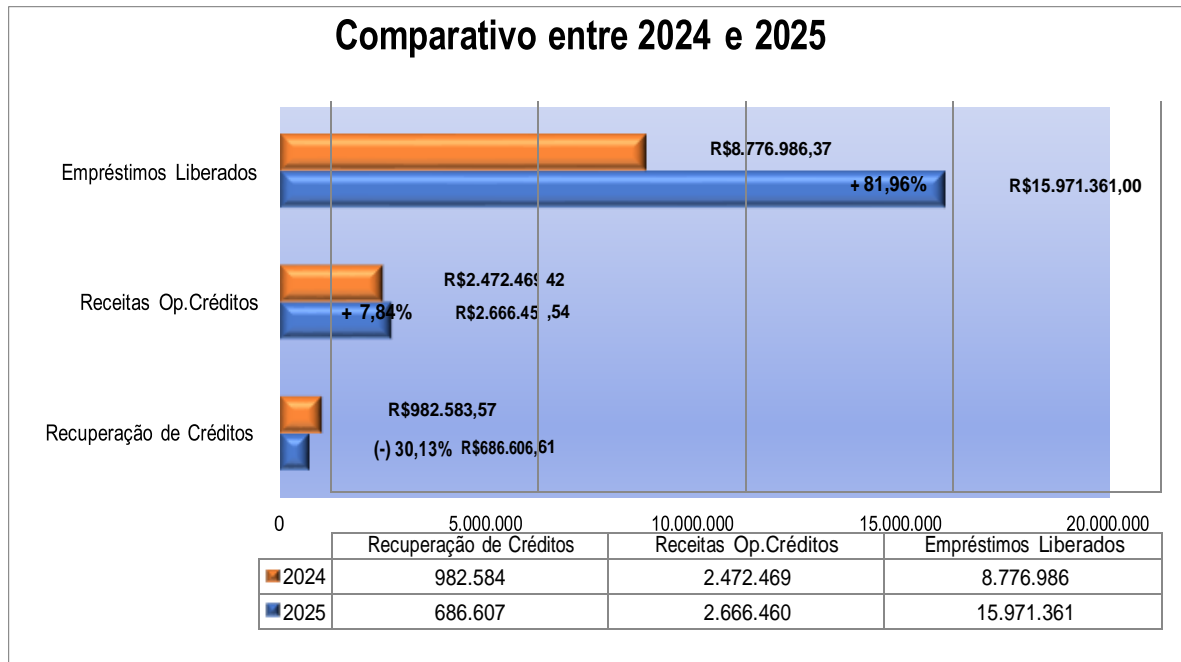
### 5.1. RESULTADO ECONÔMICO FINANCEIRO

#### 5.1.1. COMPARATIVO DOS EMPRÉSTIMOS LIBERADOS, RECEITAS DE OPERAÇÕES CRÉDITO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Durante o exercício de 2025, as receitas com operações de créditos, totalizaram R\$ 2.666 mil, enquanto que No exercício de 2024 essas receitas somaram 2.472 mil, um acréscimo percentual de 7,84%.

As receitas com recuperação de créditos nesse exercício somaram 686 mil, enquanto que no ano anterior a recuperação foi de 982.

O volume de empréstimos liberados no exercício de 2025 foi de R\$ 15.971 mil, enquanto que durante todo o exercício de 2024 o montante liberado alcançou R\$ 8.777 mil, um aumento de 81,96%. O total de ativos ao final do exercício de 2025 foi de R\$ 58.212 mil, ficando 6,31% menor em relação ao exercício anterior. Desse total 58,39% corresponde a títulos e valores mobiliários, 37,75% a operações de crédito, e 3,86% a outros ativos.

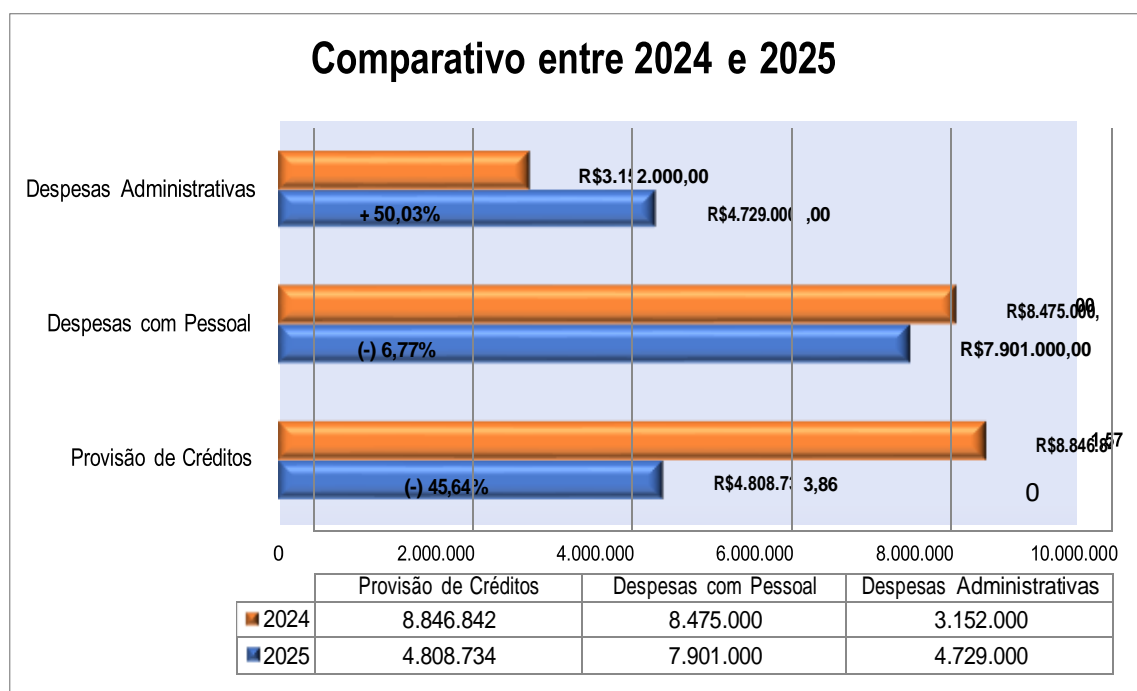


## 5.2. COMPARATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, COM PESSOAL E PROVISÃO DE CRÉDITO

As outras despesas administrativas contribuíram para o prejuízo do exercício em 2025, com um aumento de 50,03%.

Já as despesas com pessoal houve uma diminuição 6,77%, como pode ser visto no gráfico abaixo.

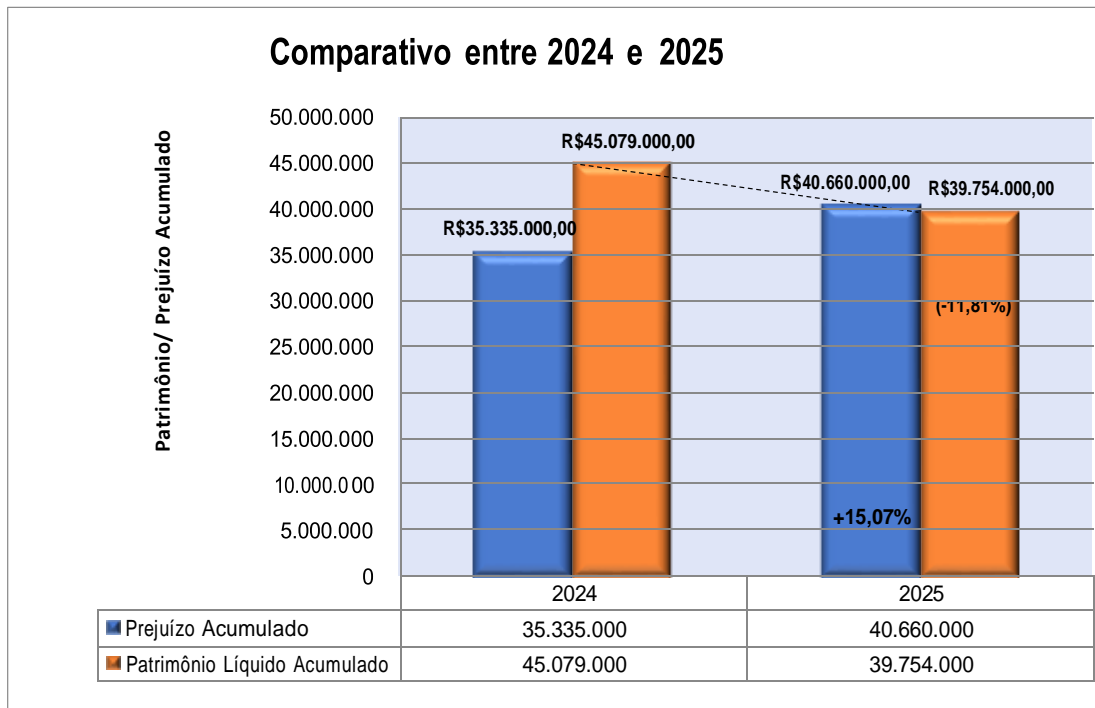
As provisões de créditos tiveram uma diminuição em 2025 em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado no gráfico abaixo, a variação foi de 45,64%.



## 5.3. COMPARATIVO DO PATRIMÔNIO/LUCRO/PREJUÍZO ENTRE 2024 E 2025

No final do exercício de 2025, a Agência de Fomento de Alagoas apresentou um prejuízo de R\$ 6.325 mil, enquanto que no exercício de 2024 o prejuízo foi de 7.444 mil.

Sendo assim, o Prejuízo Acumulado aumentou em 15,07%, enquanto que o Patrimônio Líquido foi reduzido de R\$ 45.079 mil para R\$ 39.754, uma redução em termos percentuais de 11,81%.



#### 5.4. ASSESSORIA JURÍDICA

##### Atuação Contenciosa – Comparativo 1º e 2º Semestre de 2025

Durante o **primeiro semestre de 2025**, a Gerência Jurídica da Desenvolve/AL adotou as medidas administrativas e judiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses da Agência, especialmente no tocante à recuperação de crédito.

No período, foram ajuizadas **4 (quatro) ações de execução de título extrajudicial** em face de devedores inadimplentes, totalizando o montante executado de **R\$ 255.912,99 (duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e doze reais e noventa e nove centavos)**.

Para viabilizar o regular processamento das demandas judiciais, foram recolhidas custas processuais iniciais no valor de **R\$ 9.730,77 (nove mil setecentos e trinta reais e setenta e sete centavos)**, mediante Guia de Recolhimento Judicial (GRJ).

No **segundo semestre de 2025**, observou-se intensificação das medidas de cobrança judicial, refletindo o fortalecimento da estratégia institucional de recuperação de ativos inadimplidos.

Foram propostas **15 (quinze) ações de execução de título extrajudicial**, cujo valor total executado alcançou **R\$ 315.905,93 (trezentos e quinze mil, novecentos e cinco reais e noventa e três centavos)**.

**Agência de Fomento de Alagoas S.A.**

Rua Deputado José Lages, 972, (Esquina com Dr. José Júlio Sawyer) - Ponta Verde- Maceió – Alagoas CEP:57.035-330,  
Tel. (82)3315-3468 / Ouvidoria: 0800 095-0617  
CNPJ 10.769.660/0001-95

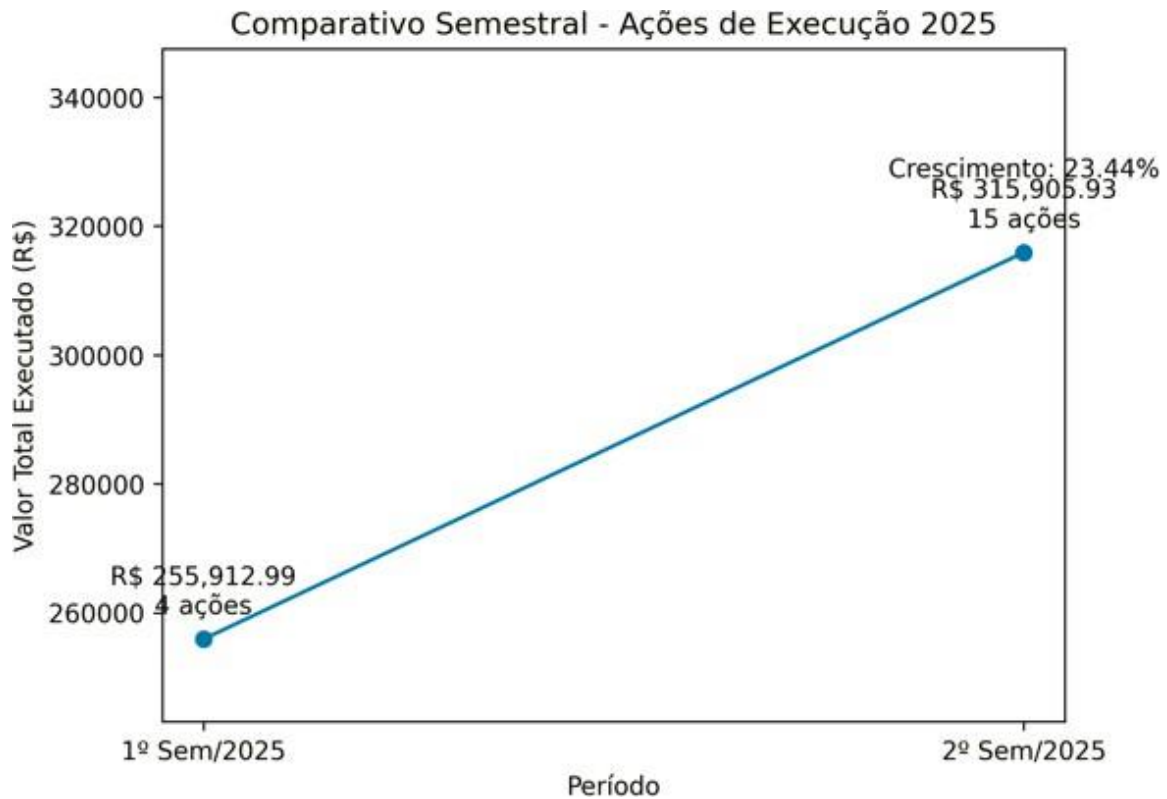
As custas processuais iniciais recolhidas no período somaram **R\$ 26.144,75 (vinte e seis mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**.

### **Análise Comparativa**

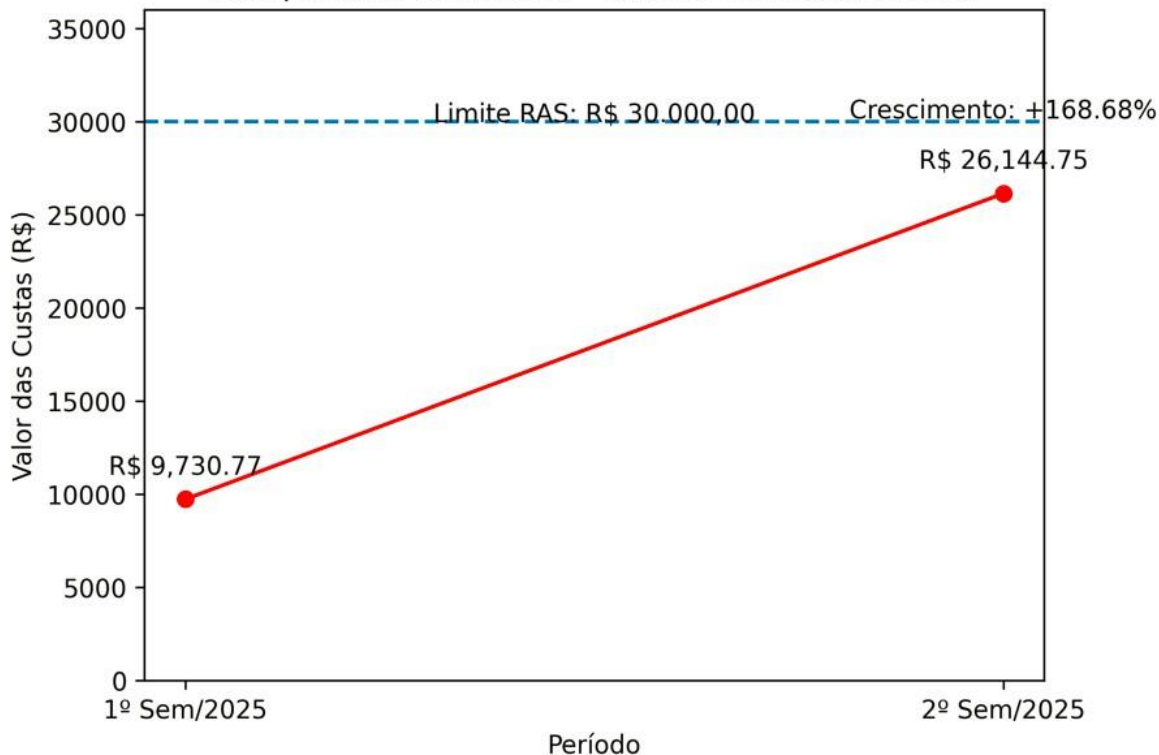
Comparativamente ao primeiro semestre, o segundo semestre apresentou:

- **Aumento de 275% no número de ações ajuizadas** (de 4 para 15 ações);
- **Incremento de aproximadamente 23,4% no valor total executado;**
- **Elevação proporcional no montante recolhido a título de custas processuais iniciais**, compatível com o volume ampliado de demandas propostas.

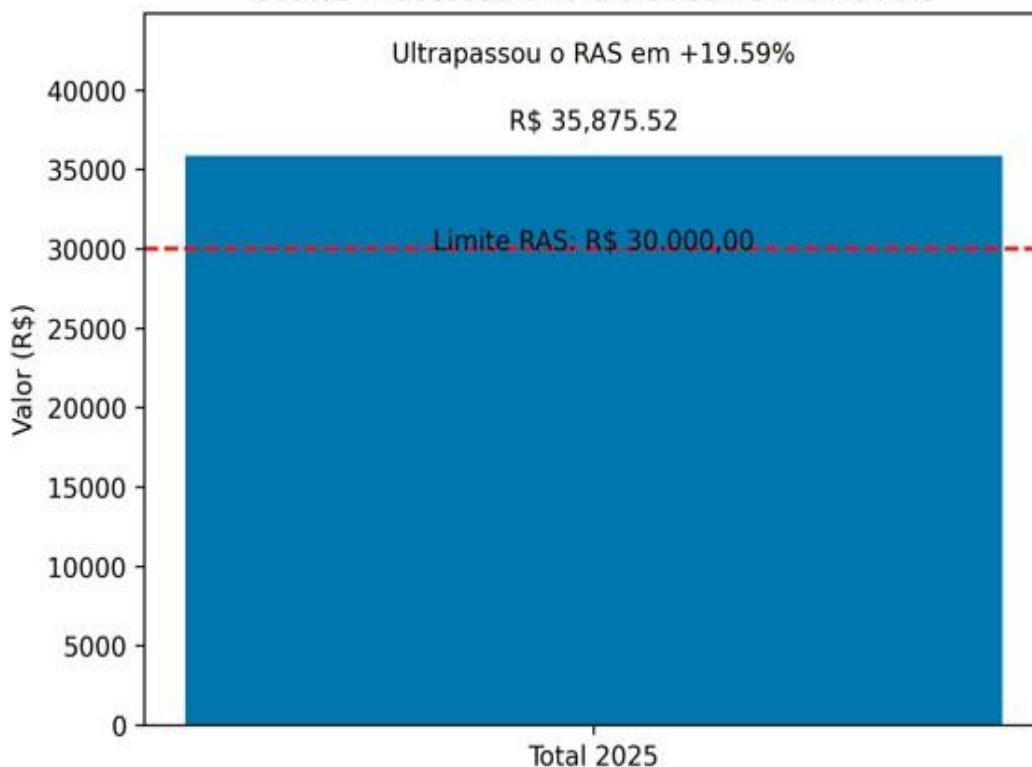
Os dados evidenciam atuação mais intensiva da Gerência Jurídica na judicialização de créditos inadimplidos no segundo semestre, demonstrando alinhamento com a política institucional de recuperação de ativos e mitigação de perdas financeiras.



### Comparativo Semestral - Custas Processuais 2025



### Custas Processuais Totais 2025 vs Limite RAS



## **Análise Técnica – Superação do Limite de Apetite ao Risco (RAS) – Custas Processuais 2025**

No exercício de 2025, o montante total despendido com custas processuais iniciais atingiu **R\$ 35.875,52**, superando o limite estabelecido no âmbito do **Relatório de Apetite ao Risco (RAS)**, fixado em **R\$ 30.000,00**, o que representa um excesso de aproximadamente **19,59%** em relação ao parâmetro prudencial definido.

A elevação decorre, sobretudo, da intensificação das medidas de recuperação judicial de crédito no segundo semestre do exercício, quando se verificou aumento significativo no número de ações de execução ajuizadas (de 4 para 15 demandas), refletindo postura institucional mais ativa na mitigação de inadimplência.

Sob a ótica técnica, cumpre destacar que:

1. O aumento das custas está diretamente correlacionado à ampliação da estratégia de judicialização, não configurando, isoladamente, deterioração do risco jurídico;
2. O dispêndio adicional possui natureza instrumental, estando vinculado à recuperação de ativos inadimplidos;
3. O crescimento do volume executado tende, em perspectiva, a compensar o incremento inicial de despesas processuais.

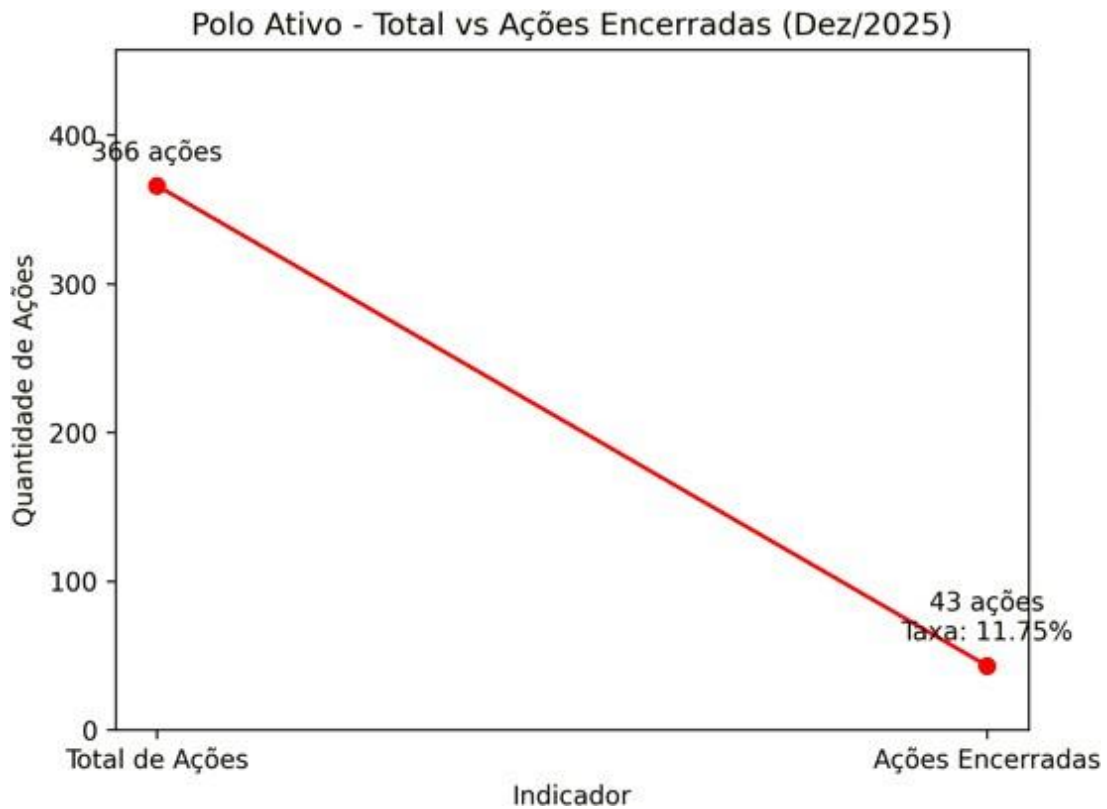
Contudo, considerando a superação do limite estabelecido no RAS, recomenda-se:

- Monitoramento mensal das despesas processuais;
- Avaliação da eficiência econômica das ações ajuizadas (custo x valor recuperável);
- Eventual revisão do parâmetro de apetite ao risco para o exercício seguinte, caso se consolide a estratégia de intensificação da cobrança judicial.

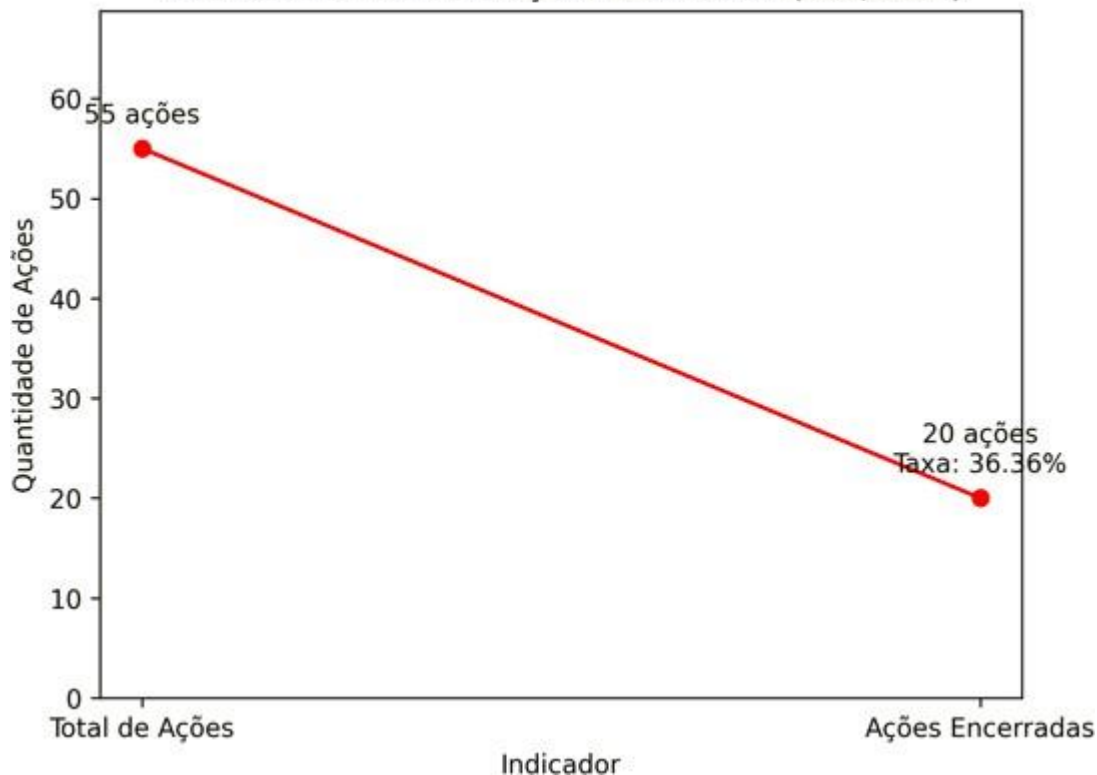
Adicionalmente, projeta-se a possibilidade de aumento no volume de custas no próximo exercício, caso seja mantida ou ampliada a política de judicialização de créditos inadimplidos, especialmente diante do estoque atual da carteira em atraso.

Assim, o cenário demanda acompanhamento contínuo pela área jurídica em conjunto com Riscos e Controladoria, de modo a assegurar alinhamento entre estratégia de recuperação de crédito e limites prudenciais definidos na governança institucional.

**Análise do Estoque Processual – Polo Ativo e Passivo**  
**Posição em Dezembro de 2025**



### Polo Passivo - Total vs Ações Encerradas (Dez/2025)



Conforme levantamento realizado a partir do relatório consolidado de ações judiciais, a Desenvolve/AL apresenta o seguinte panorama processual:

- **Polo Ativo:** 366 ações
- **Polo Passivo:** 55 ações
- **Total Geral:** 421 ações

O volume expressivamente maior no polo ativo evidencia o perfil predominantemente credor da Agência, especialmente em demandas de execução voltadas à recuperação de crédito.

#### **Ações Extintas ou Arquivadas**

Do total geral de 421 processos identificados:

- **43 ações no polo ativo** encontram-se classificadas como **extintas ou arquivadas**;
- **20 ações no polo passivo** encontram-se igualmente **extintas ou arquivadas**;

Totalizando **63 processos encerrados**, o que corresponde a aproximadamente **14,96% do estoque processual total**.

#### **Análise por Polo**

### **Polo Ativo**

- 366 ações totais
- 43 encerradas
- **Taxa de encerramento aproximada: 11,75%**

A taxa indica fluxo regular de baixa processual, compatível com a dinâmica de execuções judiciais e encerramentos por pagamento, acordo ou esgotamento de medidas executivas.

### **Polo Passivo**

- 55 ações totais
- 20 encerradas
- **Taxa de encerramento aproximada: 36,36%**

O percentual superior no polo passivo demonstra boa eficiência na resolução de demandas em que a Agência figura como parte demandada, refletindo atuação técnica consistente da Gerência Jurídica na mitigação de contingências.

### **Análise Técnica**

O cenário processual revela:

1. Predominância de ações no polo ativo, alinhada à estratégia institucional de recuperação de créditos inadimplidos;
2. Taxa relevante de encerramento no polo passivo, indicando controle adequado de contingências;
3. Estoque processual administrável diante do porte da carteira judicializada.

A proporção de processos encerrados contribui para:

- Redução de passivo contingencial;
- Melhoria de previsibilidade jurídica;
- Controle de provisões contábeis;
- Eficiência operacional da área jurídica.

### **Considerações Estratégicas**

A manutenção de monitoramento contínuo do estoque processual é essencial para:

- Avaliação da efetividade das execuções ajuizadas;
- Mensuração do custo-benefício das demandas ativas;
- Gestão prudencial do risco jurídico no âmbito do RAS;
- Planejamento orçamentário das custas processuais futuras.

O cenário atual indica equilíbrio entre expansão da judicialização no polo ativo e capacidade de encerramento de demandas, mantendo-se aderência às diretrizes de governança institucional.

A elaboração de minuta contratual foi dispensada nos casos de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento, das quais não decorreram obrigações futuras para a Agência de Fomento, em conformidade com o art. 73 da Lei nº 13.303/2016.

## 6. AÇÕES E PROJETOS INCIADOS EM 2025

### 6.1 LIBERAÇÕES DE CRÉDITO NO FAMPE – FUNDO DE AVAL PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O credenciamento da **Agência de Fomento de Alagoas – Desenvolve** junto ao **FAMPE**, administrado pelo Sebrae, representou um avanço significativo no apoio aos micros e pequenos empreendedores do estado. O Fundo de Aval funciona como uma garantia complementar para aqueles empreendedores que possuem boas ideias e negócios viáveis, mas enfrentam dificuldades em oferecer garantias suficientes para acessar crédito.

Com essa iniciativa, a DESENVOLVE ALAGOAS ampliou sua capacidade de atender ao público empreendedor, consolidando-se como um instrumento de fomento ao crescimento sustentável da economia de Alagoas.

Dessa forma, em 2025, a Desenvolve alcançou o montante liberado de **10.219.994,000 (dez milhões e duzentos e dezenove mil e novecentos e noventa e quatro reais)** na linha de crédito no formato de capital de giro e investimentos, com a garantia do FAMPE, **beneficiando ao todo 543 empreendedores formais com porte de MEI's , Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte do Estado de Alagoas.**

### 6.2. PARCERIAS COM MUNICÍPIOS ALAGOANOS

A **Agência de Fomento de Alagoas – Desenvolve** tem ampliado suas ações em todo o estado por meio de parcerias estratégicas com os municípios alagoanos. O objetivo é fortalecer a economia local, aproximando os micros e pequenos empreendedores das oportunidades de crédito que possibilitam investir, expandir e consolidar seus negócios.

Com a união entre a Desenvolve e as prefeituras municipais, o acesso às linhas de financiamento torna-se mais ágil e democrático, garantindo que empreendedores de todas as regiões tenham condições de crescer e gerar emprego e renda em suas comunidades. Assim, em 2025 reafirmamos o convênio com **28 (vinte e oito)** prefeituras, estabelecendo o compromisso da Agência em atuar como instrumento de desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a valorização do empreendedorismo em Alagoas.

### 6.3. CREDECIMENTO DO “NOVO FUNGETUR”.

No início de 2025, a DESENVOLVE ALAGOAS liberou o montante de **R\$ 3.021.000,00 (três milhões e vinte um mil reais)** com recursos do Fungetur para as empresas alagoanas, com atividades vinculadas à atividade turística. Após esta data, em outubro de 2025, a DESENVOLVE ALAGOAS, renovou o credenciamento do programa “NOVO FUNGETUR”, junto ao Ministério do Turismo – MTUR, onde recebeu o montante de **R\$ R\$ 9.060.575,22 (nove milhões e sessenta mil e quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos)**. Com este novo credenciamento, permitirá a DESENVOLVE-AL, continuar nas liberações de crédito no CREDITO DO TRABALHADOR DO TURISMO para as Micro e Pequenas Empresas empresas que compõe o Trade Turístico do Estado de Alagoas, com taxas de juros mais atrativas, nas modalidades de capital de giro e bens e serviços, onde a DESENVOLVE ALAGOAS atua com estas linhas desde junho/2023.


### 6.4. LINHA DE CRÉDITO INOVACRED.

A DESENVOLVE ALAGOAS, atuando como agente financeiro Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), providos através da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), liberou em 2025, o montante de **R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais)** na linha de crédito Inovacred, firmando o compromisso de promover o crescimento tecnológico e econômico através do apoio financeiro a projetos nas áreas de inovação, tecnologia e melhoria de processos.


EDUARDO BRASIL Assinado de forma digital  
por EDUARDO BRASIL  
BARRETO:033255 BARRETO:03325585418  
85418 Dados: 2026.03.27 10:18:41  
-0300

Eduardo Brasil Barreto  
**Diretor Presidente**

Documento assinado digitalmente


 MICHAEL PEREIRA DE BARROS  
Data: 25/03/2026 12:55:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Michael Pereira de Barros  
**Diretor de Operações**

Documento assinado digitalmente  
 ANTONIO TENORIO CAVALCANTE NETO  
Data: 25/03/2026 18:28:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Antônio Tenório Cavalcante Neto  
**Diretor Administrativo Financeiro**

Documento assinado digitalmente

 CAROLINE ALBUQUERQUE TOLEDO  
Data: 25/03/2026 18:10:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Caroline Albuquerque Toledo  
**Diretor de Desenvolvimento e Projetos**